

Traduções

ARCESILAU E O EÚLOGON: SEXTO EMPÍRICO, *ADVERSUS MATHEMATICOS* VII, 158;
PLUTARCO, *AD. COLOTEM*, 1122B-D

Nota de esclarecimento: O ceticismo grego, seja em sua versão pirrônica, seja em seu desenvolvimento na Academia, não pôde evitar um desafio imposto pelos seus adversários dogmáticos, sobretudo os estóicos: a necessidade de conciliar a defesa de uma total suspensão de juízo e um modo de conduta na vida cotidiana que não significasse a supressão mesma dessa suspensão. Noutras palavras: como, raciocina o crítico, optar por agir deste ou daquele modo, nas mais diversas situações que se nos apresentam repetidamente, sem ao mesmo tempo preferir dogmaticamente uma atitude em detrimento de outra, propondo então, ainda que inconscientemente - talvez até de modo sub-reptício -, um rígido e definitivo conjunto de distinções sobre as coisas e os valores morais como fundamento dessas opções? A mais simples e comum das atitudes que tomamos na praça do mercado não faz esvaír-se nossa pretensão de sustentar com coerência um modo de pensar centrado na noção de *epokhê*? Eis, em linhas gerais, uma formulação possível do *problema da ação* lançado diante da pretensão cética, problema que aspira a denunciar uma inevitável limitação que se torna, ao mesmo tempo, uma fundamental impossibilidade: ser cético é condenar-se à inação (*apraxia*), ao silêncio (*aphasia*), à apatia (*apátheia*).

Em face de semelhante desafio, a resposta apresentada pelo filósofo acadêmico Arcesilau baseou-se na noção de “razoável” (*eúlogon*), conceito que lhe teria permitido propor um critério de ação, de escolha e aversão, sem transgredir a suspensão de juízo. Trata-se certamente de um dos temas mais obscuros e difíceis a propósito de sua filosofia e da posição filosófica da chamada nova Academia como um todo, em virtude da escassez de informações nas fontes. Pode-se, no entanto, considerar que são duas as passagens fundamentais. Eis os textos, numa tradução escolar e, na medida do possível, literal.

Sexto Empírico, *Adversus Mathematicos* VII, 158 (utilizamos o texto da edição a cargo de R. G. Bury, William Heinemann, London, vol. II, 1983)

“Mas, visto que, depois disso, era preciso também investigar sobre a conduta da vida (*perì tês toû bíou diexagogês*), a qual naturalmente não é explicada sem um critério (*kriteríou*) com base no qual a felicidade (*eudaimonía*), isto é, a finalidade da vida (*tò toû bíou télos*), tem sua crença (*tèn pístin*) sustentada, Arcesilau diz que aquele que suspende o juízo sobre tudo (*ho perì pánton epékhon*) regulará as escolhas, aversões e em comum as ações pelo razoável (*tôi eulógoi*), e prossequindo segundo esse critério agirá corretamente (*katorthósei*); pois a felicidade sobrevem mediante prudência (*dià tês phronéseos*), a prudência jaz nas ações corretas, e a ação correta (*tò katóρθoma*) é aquela precisamente que, tendo sido executada (*prakhthén*),

possui defesa razoável (*eúlogon...tèn apologían*). Portanto, aquele que seguir o razoável agirá corretamente (*katorthósei*) e será feliz (*eudaimonéseí*)”.

Plutarco, *Adversus Colotem*, 1122b-d (utilizamos o texto da edição a cargo de B. Einarson e P. H. de Lacy, William Heinemann, London, 1986)

“Julgo que tais coisas sobre impulso e assentimento, Colotes as ouve como um asno a uma lira. Mas, aos que acompanham e realmente ouvem, é dito que, sendo três os movimentos na alma (*perì tèn psykhèn kinemáton*), o de representação, o de impulso e o de assentimento, o de representação (*tò phantastikón*) não é possível suprimir, nem aos que o desejassem, sendo mesmo necessário, aos que têm contato com os objetos, que sejam impressos (*typoústhai*) e afetados (*páskhein*) por eles; (é dito) que o de impulso (*tò hormetikón*), despertado pelo de representação, move o homem para as coisas adequadas do ponto de vista da ação (*tà oikeía praktikós*), como se um peso e inclinação surgissem na parte hegemônica (*en tòi hegemonikôi*). Assim, os que suspendem o juízo sobre todas as coisas (*hoi perì pánton epékhontes*) também não suprimem isso, mas sim utilizam o impulso que naturalmente conduz (*têi hormêi physikós agoúsei*) para o que aparece adequado (*pròs tò phainómenon oikeion*). Somente o que, então, eles evitam? Apenas aquilo em que brotam a falsidade (*pseudos*) e o engano (*apáte*) - o opinar (*doxázein*) e precipitar o assentimento (*propíptein tèn sygkatáthesin*), o qual é uma concessão (*eixin*), por fraqueza (*hypò astheneías*), ao que aparece (*tôi phainoménôi*), nada possuindo de útil (*khresimon*). Pois a ação (*práxis*) necessita de duas coisas: representação (*phantasías*) do que é adequado (*toú oikeíou*) e impulso (*hormês*) para o que apareceu adequado (*pròs tò phanèn oikeion*), nenhum dos quais está em conflito (*mákhetai*) com a suspensão de juízo (*têi epokhêi*). Pois a argumentação (*lógos*) nos afasta da opinião (*dóxes*), não do impulso nem da representação. Quando, então, o adequado aparece (*phanêi tò oikeion*), em nada é preciso uma opinião para o movimento (*kínesin*) e condução (*phorán*) para ele, mas o impulso imediatamente se foi (*êlthen euthús*), sendo movimento e condução da alma”.